

Apresentação

Introduction

Luciane Munhoz de Omena

Gilvan Ventura da Silva

Neste ano de 2020, comemoram-se, no Brasil, os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, aprovada em 1990. Criado para assegurar oportunidades para os indivíduos de 0 a 18 anos, o estatuto visa “ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (QUEIROZ, 2020, p. 33). A partir desse momento, não mais se permitiu que a sociedade brasileira tratasse as suas crianças sob uma perspectiva meramente assistencialista ou caritativa ou que as tornasse objetos de medidas judiciais severas, em particular na esfera criminal. Além disso, a criação dos conselhos tutelares e de direito possibilitou

a redistribuição de poder, antes centrado na figura do juiz, a implementação de mecanismos de transparência no sistema de adoção e a determinação de que adolescentes autores de atos infracionais e aquelas vítimas de situação de abandono passassem a ser acolhidos em instituições distintas são algumas dessas conquistas. Permanecem desafiantes o combate à violência e estratégias que *possibilitem dar voz a crianças e adolescentes* em todos os processos judiciais, entre outros pontos (QUEIROZ, 2020, p. 33, grifo nosso).

Decorridas três décadas de aprovação do ECA, Christina Queiroz (2020, p. 38-39) nos apresenta dados alarmantes acerca da situação das crianças e adolescentes brasileiros. Podemos tomar como exemplo o número de homicídios de adolescentes, que entre 1990 e 2017 mais do que dobrou. Em 2018, tivemos 9781 assassinatos de meninas e de meninos, dos quais 81% eram afrodescendentes. Ademais, identifica-se um inquietante aumento da exploração e violência infantil na pandemia de covid-19, pois, segundo a pesquisadora, o Portal de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos registrou, entre março e maio, uma elevação nos homicídios de 11%, “se comparado aos registros de janeiro a junho de 2019” (QUEIROZ, 2020, p. 39). Os estudos destacam, ainda, que os abusos de violência infantil ocorrem nas residências das crianças e adolescentes, vítimas, em geral, de seus próprios familiares.

Quanto ao universo da exploração infantil, a pandemia tornou mais precárias as condições familiares de subsistência, à medida que “o trabalho infantil, que apresentou reduções significativas depois do ECA [...] também tende a aumentar” (QUEIROZ, 2020, p. 39).¹

Segundo o ECA, a criança é aquela que se situa na faixa etária de 0 a 12 anos de idade incompletos, ao passo que os adolescentes se situam na faixa etária de 12 a 18 anos de idade, configurando assim a infância e a adolescência. Ambas as categorias possuem um forte apelo mnemônico, pois, em nosso cotidiano, as brincadeiras, a rotina de estudos e as obrigações domésticas compõem habitualmente nossas reminiscências. Entretanto, se voltarmos o olhar para a sociedade brasileira, veremos crianças apinhadas nos trens urbanos com suas balinhas, oferecendo-as aos possíveis clientes; dormindo ao relento; submetidas à prostituição; trabalhando nos faróis, nas primitivas lavouras e na indústria de sisal do Nordeste. Todas as experiências aqui mencionadas se distanciam, naturalmente, daquelas vividas pelas crianças das classes média e alta, uma vez que as crianças constituem sujeitos plurais, múltiplos, de acordo com o tempo, a categoria social, o gênero e outras tantas variáveis.

Em termos históricos, a infância se configurou de modo distinto segundo as variações do espaço e do tempo, o que nos estimula a compreender as crianças da Antiguidade de modo a criar um diálogo entre o presente e o passado, pois a Contemporaneidade e a Antiguidade se entrecruzam. Por meio do estudo do passado, podemos amplificar a voz das crianças e dos adolescentes, como propõe Queiroz (2020, p. 33).

Torna-se, pois, peremptório historicizar e problematizar questões sobre a infância nas narrativas textuais e materiais da Antiguidade. As pesquisas realizadas por historiadores, arqueólogos, sociólogos, filósofos, entre outros, trazem a temática da infância à tona, pois, de fato, crianças e adolescentes se tornam sujeitos históricos na Contemporaneidade. A Antiguidade ainda nos diz respeito, para usarmos as palavras de Norberto Luiz Guarinello (2003, p. 58).

Partindo dessa perspectiva, Ville Vuolanto (2014, p. 436) propõe uma revisão historiográfica acerca dos estudos sobre a infância na sociedade romana. Para o estudioso, a última década esteve vinculada às pesquisas de Phillipe Ariès. Nelas, a infância se tornou uma instituição vista como una e compartilhada em determinado meio cultural; em consequência, segundo sua ótica, enfatizavam-se os ideais da elite em relação à infância, isto é, como as crianças se encaixavam na sociedade “adulta” e na vida pública.

¹ Para dados estatísticos, Christina Queiroz (2020, p. 39) apresenta os seguintes valores de diminuição do trabalho infantil: “entre 1992 a 2015 foram retirados dessa condição 5,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos”.

Percebe-se um entrecruzamento entre os estudos da família e os da infância, em especial a partir da década de 1980. Sobre a História da Infância, Ville Vuolanto (2014, p. 437) assinala mudanças nesse domínio de investigação no século XXI, quando as crianças passam a merecer maior atenção. Desde então floresceram pesquisas sobre os períodos da Antiguidade e do Medievo mediante o investimento em temáticas acerca das brincadeiras, crianças escravas, trabalho infantil e educação. Assim, ampliaram-se as bases documentais, compostas por vestígios arqueológicos, iconográficos e epigráficos, papiros, moedas, cartas, sermões de autores eclesiásticos e fontes hagiográficas, que se tornaram imprescindíveis para os estudos acerca da criança e da infância. Desde então os pesquisadores passaram a levar em consideração o *status* social e legal, o gênero e as diferenças regionais em seus estudos (VUOLANTO, 2014, p. 437).

Evidências arqueológicas retratam a valorização das crianças e da infância nas sociedades mediterrânicas. No sítio arqueológico de Conimbriga, na antiga província da Lusitânia, escavações revelaram artefatos que se vinculavam às experiências educacionais e aos entretenimentos, como, por exemplo, casinhas, carrinhos, bonecas, entre outros mais. Nesse cenário, o brincar de casinha estimularia a criança a se preparar para a vida social, numa espécie de imitação. Ao mencionar a relação entre a ama e a criança, Quintiliano (*Institutio oratoria*, I, 5) afirma: “o menino as ouvirá logo no início, tentará reproduzir as palavras delas por imitação”. Logo, o diálogo entre os registros materiais e textuais ressaltam a socialização da criança pelas vias da educação e das brincadeiras e as projeções dos adultos para a infância.

É importante ressaltar que, em grande parte, esses artefatos foram encontrados em áreas de enterramentos situadas ao longo das vias romanas. Vê-se, ainda hoje, por todas as regiões do antigo Império Romano, a presença de vestígios materiais, como os edifícios mortuários (CARROLL, 2018; CAMPBELL, 2015; JONG, 2017; OMENA; FUNARI, 2020). Nesses espaços, as escavações possibilitaram a descoberta de objetos móveis e imóveis nas sepulturas: relevos, mosaicos e afrescos. Quanto aos objetos móveis associados às crianças, os registros indicam a presença de brinquedos, como afirmamos, além de estátuas, suportes de alimentação em vidro e em cerâmica, moedas, ânforas, sarcófagos, urnas funerárias, amuletos, entre outros (CARROLL, 2018, p. 82-83). Todo esse aparato indica a valorização social das crianças nas sociedades mediterrânicas.

Tal como argumenta Maureen Carroll (2018, p. 238-239), a riqueza de evidências arqueológicas contradiz a alegação de que crianças falecidas em tenra idade não eram objeto de atenção ritual. A inserção de bens nas sepulturas, as crenças religiosas e os objetos de proteção, como moedas, amuletos e alimentos, demonstram, de forma evidente, que as famílias realizavam ritos de sepultamento para os seus filhos pequenos. Dessa

constatação, temos duas resultantes: (1) as crianças se tornavam agentes mnemônicos que, inseridos na comunidade dos mortos, representavam a comunidade dos vivos; (2) havia, na Antiguidade, um apego emocional e afetivo dos familiares ou, o mais provável, dos pais às suas crianças. De fato, os pais faziam questão de recordar seus pequenos entes queridos por meio dos objetos e nas inscrições funerárias (STARACE, 2015), em especial nos epitáfios. Neles, referiam-se a essas crianças com diversos adjetivos, por exemplo: *pietissimus* (o mais respeitoso) e *suavissimus* (o mais sábio), provavelmente com a pretensão de enaltecer o caráter de seus filhos. Logo, os textos indicam a construção de uma personalidade social e ainda acentuam a atenção emocional de seus progenitores (HOPE, 2017; CRAWFORD; HADLEY; SHEPHERD, 2018; OMENA: FUNARI, 2018).

Tomando por base essas reflexões, elaboramos o dossiê *Narrativas sobre a infância na Antiguidade*, a fim de contemplar esse rico e instigante tema que é o lugar ocupado pela infância nas sociedades grega e romana. Por meio do dossiê, pretendemos estimular o interesse acadêmico pelo assunto, pois os textos aqui reunidos apresentam reflexões críticas e atuais sobre a experiência da infância no Mundo Antigo.

Boa leitura!

Referências

Documentação textual

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Lei n° 8069, de 13 de julho de 1990*. Brasília: Governo Federal, 1990.

QUINTILIANO. *Instituição Oratória*. Tradução, apresentação e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Unicamp, 2015. t. I.

Obras de apoio

CAMPBELL, V. L. *The tombs of Pompeii. organization, space, and society*. New York: Routledge, 2015.

CARROLL, M. *Infancy and earliest childhood in the Roman World*. London: Oxford University Press, 2018.

CRAWFORD, S.; HADLEY, D. M.; SHEPHERD, G. The Archaeology of Childhood: the birth and development of a discipline. In: _____. *The Archaeology of Childhood*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 1-45.

- GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga, *Politéia*, v. 3, n. 1, p. 41-62, 2003.
- HOPE, V. M. Living without the dead: finding solace in Ancient Rome. In: TAPPENDEN, F. S.; HUGHES, C. D. (ed.). *Coming back to life: the permeability of past and present, mortality and immortality, death and life in the Ancient Mediterranean*. Montreal: McGill University Library and Archives, 2017, p. 39-70.
- JONG, L. de. *The Archaeology of death in Roman Syria: burial, commemoration and Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- OMENA, L. M.; FUNARI, P. P. A. A recordação funerária na Isola Sacra. In: CARVALHO, M. M.; OMENA, L. M. (org.). *Narrativas e materialidades sobre a morte nas Antiguidades Oriental, Clássica e Tardia*. Curitiba: CRV, 2020, p. 235-256.
- OMENA, L. M.; FUNARI, P. P. A. O fio da memória: o condutor dos mortos nos *Parentalia*. In: BORGES, U. S.; GOMES, R. M. S. (org.). *Escrito para a eternidade: a epigrafia e os estudos da Antiguidade*. Curitiba: Appris, 2018, p. 137-160.
- QUEIROZ, C. Um horizonte de direitos. *Revista Fapesp de Pesquisa*, v. 296, p. 32-39, 2020.
- STARACE, G. *Os objetos e a vida: reflexões sobre as posses, as emoções, a memória*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- VUOLANTO, V. Children in the Roman world: cultural and social perspectives: a review article. *Arctos*, v. 48, n. XLVIII, p. 435-450, 2014.